

PRÊMIO


FESTA PARA EMPRESAS QUE MELHOR SE COMUNICAM COM OS JORNALISTAS

negócios da comunicação

www.revistacomunicacao.com.br



Edição 80
R\$ 16,00
Ano XI - 2014

CECOM 
CENTRO DE ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO

**EDITORAS DE FÉ
AVANÇAM COM
MARKETING E FIDELIDADE**

SEPARAR O ILEGAL DO JULGAMENTO MORAL

O advogado Mário Solimene Filho é especialista em diversidade racial e sexual. Nesta entrevista, fala sobre como a mídia lida com o assunto

O Sr. vê patrulhamento em relação ao que pode ou não ser veiculado?

A mídia é um dos vários canais de expressão da sociedade, ora se coloca no papel de criador, ora de censor, dependendo da situação e dos interesses particulares que defende. São fronteiras em constante mutação. Mas a grande mídia é, sim, agente inibidor do processo criativo. Mesmo porque seu papel é duplo: não só retrata, mas influencia a opinião pública. Há pouca diversidade na televisão, por exemplo, porque não se ousa falar do Brasil real: fala-se da classe média alta do Rio e de São Paulo. Limita-se o universo de ação, pasteuriza-se o processo criativo, varrem-se as desigualdades sociais para baixo do tapete. Isso é algo nefasto. Mas passamos a aceitar mais a nossa própria identidade racial, por exemplo, e, como resultado, as atitudes racistas finalmente começaram a ser expostas e condenadas.

A proibição da 'Vogue Kids' seria um ato de censura?

Há que se separar o que é ilegal do que é, simplesmente, julgamento moral.

A fronteira entre o artístico e o legal foi ultrapassada, pois o artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente garante o direito à inviolabilidade moral do menor, entre outras coisas. Havendo sensualidade, a questão passa a pertencer ao mundo adulto. Sim, isso depende da análise subjetiva da matéria, mas o operador do direito deve ter em mente o senso comum, os parâmetros gerais da sociedade em que vive. E a criança é, nesse sentido, algo que deve ser protegido a todo custo.

E quanto à série 'Sexo e as Negas'?

Aqui, a questão é outra. Uma supervalorização desnecessária de aspectos pontuais, à custa do esquecimento crônico de problemas importantes. Dizer "Negas", ou criar um personagem estereotipado, não revela uma atitude racista dos produtores. Cada grupo tem seu jeito de se expressar, e a comédia é e sempre foi baseada em estereótipos. Não há nada de novo nisso. Explorar diferenças pode ser uma maneira de enaltecer a cultura, fazê-la mais forte. No Reino Unido, a BBC produziu a série 'Citizen Khan', que faz rir com as esquisitices de uma família

paquistanesa. Estereótipo puro. Se faz sucesso, é porque as pessoas conseguem se identificar com os personagens e aceitam as diferenças. Em uma sociedade multicultural como a nossa, isso é essencial.

Como identificar o que é preconceito ou o que é exagero?

Os limites se modificam no dia a dia. O politicamente correto hoje, poderá não ser amanhã. Nossa luta tem sido expandir os horizontes dessa consciência, dar poder a quem é discriminado e exigir respeito ao direito de ser diferente. A preocupação é evitar que a democracia acabe se transformando em uma ditadura da maioria. A mídia tem um papel fundamental nesse processo, pois não só reflete, mas, também, molda as noções gerais. A função do bom advogado não é resolver o dilema, mas provocar reação, testar os limites. Quem vai dizer o que é juridicamente aceitável ou não é a própria sociedade.

Casos de racismo no futebol são tratados pela mídia da forma adequada?

A reação das autoridades foi satisfatória, com punição aos culpados e passando a mensagem certa à sociedade. Mas é preciso cuidado. A apuração e a punição são indispensáveis, mas é preciso manter a perspectiva dos fatos e não extrapolar. Dois erros não fazem um acerto. O linchamento público, sem o devido processo legal, não é algo que deva ter espaço em um sistema democrático.

Como observa a participação do negro na programação da TV?

A questão tem a ver com a discrepância entre o Brasil mostrado nas novelas e o Brasil real. O afrodescendente é maioria na base da pirâmide social, e não no topo. No fim, tudo tem a ver com o retorno financeiro e não pode ser tachado de racismo na definição legal do termo. Portanto, não me parece que haja agressão, ao menos direta, ao Estatuto da Igualdade Social, mas uma demonstração de falta de visão – afinal de contas, num País de população mestiça, insistir com modelos norte-americanos e europeus é de doer. Mas a mídia reflete, de alguma forma, o comportamento do público médio e, com isso, expõe a inaceitável vergonha que ainda parecemos ter de nossa própria identidade. A grande mudança deve ser de mentalidade (dos anunciantes, da TV e do público) e isso não se faz da noite para o dia. Consertar tudo com fórmulas mágicas não resolve.